

# A CONTRIBUIÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS PARA O EXERCÍCIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ariane Andrade Bianco<sup>1</sup>  
Raimundo Nonato Junior<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo abordou a discussão do papel do Grêmio Estudantil na Escola Pública e sua relação com a Gestão Democrática. Partiu-se do pressuposto de que a Gestão Democrática na Escola Pública se faz com a participação efetiva do corpo docente, corpo discente, pais e comunidade escolar. O Grêmio Estudantil é a Instância que representa os interesses dos alunos nas decisões da escola. A pesquisa baseou-se em teoria aliada a dados empíricos produzidos por alunos, professores e funcionários da escola em questão, a qual tem suas bases no resgate histórico do Movimento Estudantil Secundarista e Grêmio Estudantil. Analisaram-se os conceitos de Educação, Juventude e Democracia, bem como se estabelece essa relação no interior das unidades escolares, a fim de verificar a real efetividade dos Grêmios Estudantis nas escolas públicas do Paraná, enfatizando a realidade qualitativa e quantitativa desta Instância Colegiada para o processo de Gestão Democrática. Utilizou-se como metodologia para a produção dos dados empíricos, “ciclos de oficinas didáticas” que foram fundamentados na *Pesquisa-Ação* e na *Pesquisa Sociopoética* aplicados em seis módulos. Para tanto, foram analisados os desafios e caminhos da participação do Grêmio Estudantil nas Instâncias Colegiadas, fazendo da escola um espaço de aprendizagem para a participação política.

**Palavras Chave:** Gestão Escolar; Grêmio Estudantil; Democracia; Escola Pública; Participação.

## ABSTRACT

This present study has broached the discussion about the student association paper in the public school and the Democratic Management relation. For that, started from the presuppose that the Democratic Management in the public school is done with the effective participation of the teaching staff, student body, parents, and the school community. The Student Association is the instances that represent the interest of the students in the school decisions. The research purpose has based in the allied theory of the empiric data produced by students, teachers and school employers in question, having your base in the historical rescue of the student movement and youth Democracy, and establish this relation in the united school interior, having the certificate idea the real effective of the students association in the public Paraná school, emphasizing the reality qualitative and quantitative this instance collegiate to the Democracy Management process. Has used as methodology of the production of the empiric data, “didactic workshops” that was substantiated in the action and sociopoetic research applied in six modules. For started was analyzed the challenges and ways participation to the Student Association in the instances collegiate, doing of the school one apprentice space to the political participation.

**Key – Words:** School Management; Student Association Democracy; Public School; Participation.

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Estadual do Paraná. Especialista em Educação Ambiental e Educação Especial

<sup>2</sup> Professor Orientador do PDE/ UNICENTRO. Mestre em Educação – Universidade Federal do Ceará, Docente da UNICENTRO/Guarapuava.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se aos resultados de investigação realizada em uma escola pública do estado do Paraná, sobre o tema **Grêmios Estudantis & Gestão Democrática**. A pesquisa partiu do cotidiano do Colégio Estadual Newton Felipe Albach – Ensino Fundamental e Médio, no município de Guarapuava e possibilitou conhecer mais a fundo os entraves e as potencialidades que interferem na Gestão Escolar. Ao analisar a escola através dos tempos, verifica-se que essa instituição não é apenas a principal responsável pelo desenvolvimento intelectual dos indivíduos que compõem a sociedade, mas também é encarregada de administrar as diversas relações que ali se estabelecem, sejam elas no campo pedagógico, político, administrativo, econômico e social. Desta forma, o estudo deteve-se na relação existente entre a Gestão Democrática da Escola Pública e a atuação do Grêmios Estudantis, para isso consideramos os conceitos de Educação, Juventude, Democracia, Gestão Escolar e Instâncias Colegiadas relacionadas à atuação deste Grêmios.

Esta investigação foi desenvolvida como resultado de dois anos de atividades junto ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE do Estado do Paraná, o qual compõe o programa de Formação Continuada desenvolvido pela Secretaria da Educação, previsto no Plano de Carreira do Magistério – Lei Complementar nº103, de 15 de março de 2004 – que visa progressões na carreira com tempo livre para leitura e pesquisa. Os estudos ocorrem em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior, proporcionando ao professor o retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, e devem ser desenvolvidos por meio de atividades teórico-práticas orientadas e definidas a partir das necessidades da Educação Básica, considerando três eixos: a proposta de estudo – desenvolvida ao longo de dois anos, a elaboração de material(is) didático(s) – para uso na escola, e a orientação de Grupo(s) de Trabalho em Rede – que envolve o conjunto dos professores da rede pública estadual. O objetivo do programa é proporcionar tempo e espaço para aquisição de subsídios teórico-metodológico necessários para fomentar a formação de docentes pesquisadores das realidades pedagógicas que perpassam seus locais de trabalho.

Esta pesquisa foi realizada sob a orientação e estudos proporcionados pela docência da Universidade Estadual do Centro-Oeste e deteve-se na experiência empírica do grêmio do Colégio citado, recém organizado e em início de atuação, após muitos anos de extinção nessa unidade escolar. Em paralelo, por meio de discussões com professores participantes do Grupo de Trabalho em rede, observaram-se situações semelhantes em diversas escolas públicas do Estado do Paraná. Consideraram-se alguns fatores que influenciam e problematizam estes números como: *a dificuldade de escolha do Conselheiro*, que é o Profissional de Educação da escola escolhido pelos alunos e direção, tendo a importante função de orientar, motivar e acompanhar os grêmios aliando a escassa divulgação aos alunos e professores sobre as diversas ações e atividades que cabem a essa instância na dinâmica da escola; *a estrutura física das escolas*, que de uma forma geral, não dispõe de uma sala para as suas atividades; *a falta de previsão de situações concretas para a inserção desta Instância Colegiada* no espaço constando no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, embora esse documento mencione a existência do Grêmio; *as possíveis dificuldades de participação* dos educandos nas decisões coletivas da escola, por meio de sua representação, somado ao sentimento de falta da valorização dos membros dessa organização. Considerando as dificuldades acima mencionadas, procurou-se compreender o atual funcionamento do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Newton Felipe Albach, iniciando pela análise da proposta de estruturação federal e estadual sobre Grêmios Estudantis, levantando as possibilidades e carências que interferem no funcionamento dessa instância colegiada, focalizando as seguintes interrogativas: **Qual a real efetividade dos Grêmios Estudantis nas escolas do Paraná? E, como contribuir para que esta Instância Colegiada funcione em Gestão Democrática?**

A atuação dos jovens, ou falta dela, nos diversos setores da sociedade nas últimas décadas, sendo estas positivas ou negativas, tem sido objeto de investigação e preocupação por parte dos pais, educadores, juristas, sociólogos, políticos etc. A importância deste debate é demonstrada pelas legislações vigentes (LDB, ECA)<sup>3</sup>, pelas relações familiares e pelas práticas sociais e políticas vivenciadas pelos jovens de um modo geral. Em termos sociais, pesquisas desta

---

<sup>3</sup>LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

natureza demonstram demanda e justificativa dada à grande importância da escola no atual cenário social.

Metodologicamente os dados produzidos para essa pesquisa ocorreram nas seguintes fases: (1) Investigação Bibliográfica sobre as temáticas a serem expostas e debatidas durante o desenvolvimento da pesquisa e produção do material didático, sendo, Educação, Juventude, Gestão Escolar, Democracia e Instâncias Colegiadas; (2) Análise Documental realizada pela leitura e interpretação do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola pesquisada, o Estatuto do Grêmio Estudantil e as Legislações Estaduais e Federais vigentes que regulamentam a organização dessa Instância; (3) Produção de Material Didático, organização de um Caderno Pedagógico contendo de conteúdos teóricos e atividades/dinâmicas para a aplicação de oficinas, visando à produção de dados que venham a subsidiar a pesquisa; (4) Grupo de Trabalho em Rede – GTR, que foi a coordenação de um grupo de estudos on-line realizado com professores da rede pública estadual, que oportunizou aos participantes o estudo e debate dos temas propostos na pesquisa, também trouxe à discussão outras problemáticas e possibilidades que contribuiram com a pesquisa; (5) Intervenção na Escola, a qual teve como objetivo a obtenção de dados empíricos para a pesquisa por meio de motivação que venha despertar nos sujeitos, a possibilidade de criação de conceitos e percepções sobre como estes se enxergam no processo de participação na prática escolar, para isso foram aplicadas seis oficinas didáticas, ofertadas em contra turno. Cada oficina tratou dos temas expostos no caderno pedagógico e contaram com a participação de alunos que fazem parte do grêmio, alunos representantes de turma, professores, equipe gestora, equipe administrativa, tudo com a supervisão da equipe pedagógica da escola, esta intervenção foi baseada nos princípios da Pesquisa-ação com inspiração Sociopoética.

Para delinear essa pesquisa, a qual partiu da problemática acima exposta, enseja-se debater o problema apresentado em dois momentos, por meio da análise teórica. Para isso foi necessário realizar uma ampla tomada de conteúdos, considerando os temas: Educação, Juventude, Democracia, Gestão Escolar e Instâncias Colegiadas e, na sequência pela discussão dos dados empíricos obtidos como resultado da pesquisa de intervenção na escola. A revisão teórica neste trabalho não atua apenas como fundamentação, mas oferece conteúdos de

categorias que serão interrelacionadas com a prática de resultados de discussões ocorridas durante a implementação do projeto.

## **2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – CAMINHOS DA EDUCAÇÃO E DA GESTÃO ESCOLAR**

Para conviver em sociedade, precisamos desempenhar determinadas funções sociais. Para tanto, necessitamos ser capazes de aprender, para mais tarde poder ensinar. Esta necessidade de conhecimento ocorre em todas as fases de nossa vida, tendo início com o nascimento e é um processo contínuo.

### **2.1. O QUE É EDUCAÇÃO?**

Pensando em sentido mais amplo, o processo permanente de ensino/aprendizagem pode ser chamado Educação. Na Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consta:

Art. 1.º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Quando falamos em educação, geralmente o que nos vem à mente é a instituição responsável por esse processo nos dias atuais: a escola. Entretanto, sabemos que este não é o único lugar onde a educação acontece e nem o professor o único profissional responsável. Assim, o processo educativo pode ocorrer em diversos contextos sociais além da escola, como: a família, as Instituições Religiosas, os meios de comunicação, o local de trabalho, dentre outros. Para Libâneo (2007, p. 73), “Educa-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos, de modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem”.

É por meio da educação que ocorre a transmissão de saberes culturais e modos de vida de grupos sociais, bem como é pelo domínio do saber que se

estabelecem as relações de exercício de poder e controle social. Para definir educação, é necessário considerar as diversas correntes estudadas e seus autores, para esse trabalho vamos nos deter apenas na concepção histórico-social a qual a educação é determinada pela rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais que organizam a sociedade em que está inserido o homem. Este poderá interferir diretamente nessas relações sendo responsável por mudanças no contexto vigente. Assim, transforma-se também a Educação. Para Libâneo (2007, p. 82), Educação é:

(...) uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos e na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais. O modo de propiciar esse desenvolvimento se manifesta nos processos de transmissão e apropriação ativa de conhecimentos, valores, habilidades, técnicas, em ambientes organizados para esse fim.

Neste sentido, o caráter da educação baseia-se na teoria aliada à prática, possibilitando experiências que instrumentalizem o indivíduo de forma que este compreenda suas relações políticas e de poder na sociedade a qual está inserido. Assim, o sujeito poderá interferir e transformar a sua realidade social. Considerando a intencionalidade da educação, Libâneo (2007) distingue-a em duas modalidades, sendo: educação não intencional ou informal e educação intencional que se divide em formal e não formal. Vejamos como essas modalidades se apresentam e se articulam.

Sendo a educação compreendida como resultado das relações sociais, esta sempre terá uma intencionalidade, a qual depende dos interesses sociais vigentes. Porém, alguns fatores naturais como, por exemplo, a paisagem e o clima influenciam os princípios, os conceitos, as normas, a comunicação, a religião, enfim, os costumes de uma sociedade, têm valor educativo, mas não é intencional, não é sistemático e não é planejado. Todavia, contribui para a formação da personalidade por se fazer presente em qualquer lugar onde ocorram os processos educativos, portanto é informal. A educação formal é aquela sistematizada, organizada, planejada e tem caráter intencional. É caracterizada por um trabalho didático-pedagógico, ocorre num espaço onde haja ensino dentro ou fora da escola. A educação não-formal tem baixo grau de estruturação e sistematização, apresenta

relações pedagógicas, porém, não são formalizadas. São exemplos: meios de comunicação, movimentos sociais organizados, espaços culturais e de lazer. Assim, não podemos considerar a educação em seu caráter de formação do indivíduo apenas em sentido da educação formal, sistematizada, pois o desenvolvimento do homem não acontece compartimentalizado e sim por inteiro – desenvolvimento intelectual e desenvolvimento da consciência crítica –, pois a sociedade é formada pelo conjunto das relações educativas formais, não formais e informais.

Situar as modalidades de educação, dentro de um sistema educacional que é ao mesmo tempo intencional e institucional não é uma tarefa simples. A articulação das modalidades de educação é tão dinâmica que se torna difícil separar qualquer modalidade ao considerar a formação do indivíduo, pois este não é apenas o aluno, mas também o sujeito que está inserido no meio social participando das relações de trabalho, políticas, sindicais, religiosas e culturais.

## 2.2. O QUE É JUVENTUDE?

A juventude é um período delicado, pois é dedicado a vivências experimentais dos jovens, os quais procuram ser reconhecidos nos mais diversos meios: família, escola, colegas, atividades esportivas, de lazer, culturais, e até meios políticos, por isso é um rico tema de estudos, no entanto apenas nos últimos anos este assunto tem ganhado seu lugar nas pesquisas no Brasil. Para a mídia, os jovens já são alvos de atenção há bastante tempo, pois visando a exploração de seu grande potencial consumidor, esta produz programas culturais, educativos, comportamentais, de tendências da moda e aconselhamentos, lançando intencionalmente anúncios de produtos a serem adquiridos. Por outro lado, a mídia também se refere aos jovens negativamente, ao relacioná-los a problemas sociais, como a drogadição, a violência, a exploração sexual e o crime, como também existe uma preocupação em debater esses problemas, mesmo que superficialmente, e propor medidas para o enfrentamento dessas dificuldades.

Para os educadores, a juventude vem sendo objeto de estudos e reflexões no campo da organização e funcionamento das instituições e sistemas que interferem no desenvolvimento dos jovens como a família e a escola. Poucas pesquisas

referem-se ao comportamento dos jovens, sua atuação e suas experiências vividas diante dos problemas sociais, bem como sua inclusão ou exclusão em determinados meios e suas manifestações de identidades culturais.

Nesse sentido, é importante pensar a juventude como uma “categoria social” Marques (1997, p. 65) e compreender como se dá a construção de sua identidade, por meio das relações que se formam com a família, com a escola, com a cultura, com o trabalho e com o lazer.

Ao considerar a relação estabelecida entre a família e o jovem, verifica-se que é nesse espaço que se formam as primeiras noções entre o coletivo e a individualidade, é nessa relação que as crianças aprendem a administrar os primeiros conflitos, sejam eles de ordem emocional ou social. Essas experiências são reforçadas na relação jovem-escola. É no espaço escolar que os jovens aprendem a conviver com a diversidade e ao ter acesso ao conhecimento científico e cultural, começam a compreender a dinâmica social e seus conflitos e assim, muitas vezes como forma de protesto ou rebeldia com a situação estabelecida ao seu entorno, passa a eleger uma manifestação cultural que proporcione a eles um sentimento de pertencimento ao grupo e que ao mesmo tempo os diferencie dos demais, assim construindo sua identidade. Embasando esta idéia, Mancini (2006, p. 62),

Há de se considerar, então, que os jovens inseridos no espaço escolar têm suas vivências e experiências nesse espaço e é nele que também terão, ao menos em parte, sua subjetividade constituída a partir das e nas relações que aí estabelece com seus pares – os colegas, professores, coordenadores; enfim, é nessa rede de relações mantidas com os outros sujeitos que ele se constituirá como sujeito social, bem como construirá sua singularidade.

Verificamos que no Brasil, a escola pública tem sido praticamente o único espaço destinado aos jovens de classe social menos privilegiada, para que estes possam ter acesso ao conhecimento cultural e científico. Para Sposito & Carrano (2003, p.16) essa situação se dá em função de não existir uma tradição em nosso país, para a criação de políticas voltadas para as crianças e jovens. Se voltarmos à história, por muito tempo a única política estabelecida foi o acesso à educação formal, somente em 1990 com muita dificuldade foi aprovada a Lei Federal nº 8.069/90 – ECA. Apenas recentemente, em virtude de diversos conflitos apresentados por jovens, é que os responsáveis por formular políticas públicas, têm



apresentado interesse e preocupação com a situação apresentada pela sociedade. Outro fator importante encontra-se nos objetivos propostos pelas políticas públicas destinadas aos jovens de uma forma geral, pois todas são pensadas para um jovem imaginário que não aquele que vivencia todos os dias os problemas sociais. Segundo Abramo (1997, p.26), apesar das políticas públicas apresentarem-se desarticuladas, todas são carregadas de boa intenção e procuram o enfrentamento dos problemas sociais que afetam os jovens, no entanto, poucas políticas destinadas aos jovens apresentam caráter educativo emancipador, visando sua atuação em sociedade por meio de ações voluntárias e solidárias, muito menos de forma articulada, engajada e politizada que procura colocar o jovem a desenvolver ações nas quais ele atue como colaborador e participante de seu processo educativo.

A escola, por ser uma instituição organizada e que ainda, apesar das dificuldades, consegue aglutinar os jovens considerando suas diversas manifestações sociais, étnicas, culturais, religiosas etc., é chamada à responsabilidade para desempenhar mais essa função, que é a de efetivar as políticas públicas de cunho social, que muitas vezes é pensada por outras esferas que não a educação. Nesse contexto, o tempo possível na escola para desenvolver atividades que visam à participação dos alunos, acaba ficando em segundo plano e a formação educacional acontece apenas no campo da transmissão de conhecimentos científicos. O exercício da prática desse conhecimento nas situações sociais, fornecendo ferramentas aos sujeitos para uma formação mais completa, não acontece fragilizando o processo educativo.

### 2.3. O QUE É DEMOCRACIA?

Ao referir-se à democracia, logo se pensa em igualdade de direitos, em participação, em liberdade de escolha. Quando se relaciona democracia e formação escolar faz-se necessário compreender como essa democracia pode ou não acontecer dentro da escola nas atividades cotidianas. Ao analisar o trabalho docente, os conteúdos elencados e planejados devem ter a intencionalidade de instrumentalizar os alunos, para que estes compreendam que muitas situações da

prática social são explicadas e possivelmente, solucionadas por meio do conhecimento adquirido. Quanto aos alunos, cabe a eles receber, discutir, refletir, analisar para aplicar os conhecimentos auferidos, pois somente após a detenção do saber é que se torna possível sua participação e intervenção nas atividades habituais tanto da escola como da vida. Essa possibilidade de participar por meio da aquisição de conhecimentos, só ocorre efetivamente se for um desejo livre e voluntário, tanto da parte de alunos como de professores e direção da escola, no sentido de permitir essa participação.

Quando existe uma obrigatoriedade legal para desempenhar um processo democrático e portanto, participativo, não existe a necessidade de domínio de conhecimentos, pois na verdade a participação é algo que vem suprir uma necessidade externa, um cumprimento administrativo. Logo, essa participação torna-se um processo de voluntariado apático e que permite que a relação de poder se estabeleça em que alguém manda e outro obedece.

Para que a escola seja realmente transformadora é necessário que ocorra um repensar do poder autoritário que venha exigir mudança na concepção de autoridade e na organização do seu trabalho. Do contrário a escola torna-se impotente, perdendo sua função social, Paro (2008, p. 11) “Essa autonomia esse poder se dará como conquista das camadas trabalhadoras. Por isso é preciso, com elas, buscar a reorganização da autoridade no interior da escola.”

Para a efetivação da democracia na escola não basta que o gestor e o corpo docente possibilitem a participação da comunidade nas decisões da escola, mas deve proporcionar condições para essa participação. A descentralização do poder de decisão não denota prejuízo na capacidade de decidir, mas divisão de responsabilidades sobre os rumos a serem tomados, para que a democratização não seja ilusória, ficando apenas no campo do discurso. Entretanto percebe-se o equívoco em relação à participação da comunidade, para as atividades propostas pela escola, pois esta ainda se restringe em reuniões para entrega de boletins, para decidir sobre o uso de uniforme, pedir ajuda para alguma promoção na escola etc., essa participação passiva da comunidade se faz também devido à mesma, não se sentir preparada para uma intervenção no processo pedagógico.

Com o objetivo de colocar em prática o exercício da democracia por meio da participação coletiva, a escola lança mão do documento que deve efetivar e garantir

esse processo, o Projeto Político Pedagógico (PPP). Nele estão contidas as intenções, os objetivos, as ações, os procedimentos necessários ao processo de formação dos alunos. Por ser um instrumento teórico – metodológico é essencial para a organização e a inter-relação entre a teoria – prática.

Entretanto, pode-se fazer um ensaio para o exercício da democracia na escola pela construção desse documento, que deve ser de forma coletiva, propiciando o espaço para o diálogo entre os profissionais responsáveis pelas funções da escola, alunos, pais e comunidade. É no Projeto Político Pedagógico que aparecem as expectativas da comunidade, para a construção da escola ideal, aquela capaz de dar conta da educação esperada pela comunidade que se utiliza da unidade escolar. Segundo Prais (1990, p.16), “Este processo deixa clara a necessidade de se dotar as escolas de um instrumento que viabilize a prática democrática através da participação da comunidade escolar, melhor dizendo, dos agentes que atuam ou deveriam atuar na escola”.

Ao permitir aos usuários da escola pública ultrapassar a sua capacidade de participação, partindo para a transformação da sociedade, faz-se necessário dar novo sentido ao trabalho pedagógico, no qual o profissional da educação veja o aluno como ele é e não como deveria ser. A escola precisa realmente acreditar que o jovem possa aprender e venha aplicar o conhecimento elaborado na sua vivência de experiências, para que finalmente venha transformar o espaço escolar em espaços propícios para o desenvolvimento de sujeitos de sua própria história.

#### 2.4. O QUE É GESTÃO ESCOLAR?

A escola, por ser uma instituição, precisa ser administrada. Administrar, gerir e organizar para muitos autores, esses conceitos são sinônimos. Paro (1986, p. 18), “(...) em seu sentido geral, podemos afirmar que a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. Assim pensada, ela se configura inicialmente, como uma atividade exclusivamente humana, já que somente o homem é capaz de estabelecer livremente objetivos a serem cumpridos.”

A escola, por ser uma organização que proporciona o convívio entre diversos sujeitos, possui um caráter pedagógico que visa à formação humana para

transformação da sociedade. Logo, a administração deste tipo de instituição tende a ser diferenciada das demais.

Desta forma, entende-se que a Administração da Escola ocorre por meio de amplos processos de Gestão Escolar. Para Libâneo (2004, p. 100), Gestão Escolar é:

Para que as organizações funcionem e, assim, realizem seus objetivos, requer-se a tomada de decisões e a direção e controle dessas decisões. É esse processo que denominamos gestão.

Para cumprir sua função social, a escola deve assegurar as condições para que o trabalho pedagógico realmente aconteça, tanto no sentido de proporcionar as condições necessárias de infra-estrutura e material, como estabelecer boas relações de trabalho e possibilidades de participação, garantindo assim o processo ensino aprendizagem para os alunos. A eficácia no desempenho desse trabalho é o que caracteriza a boa organização da escola.

Segundo Libâneo (2004, p. 263), a gestão escolar deve promover a articulação entre algumas funções inerentes ao diretor e pedagogo de forma a garantir a organização do trabalho escolar, são elas,

a) Planejamento, formulação e execução do Projeto Político Pedagógico e Proposta Pedagógica Curricular; b) Organização e desenvolvimento do currículo; c) Organização e desenvolvimento do ensino; d) Práticas de gestão técnico-administrativas e pedagógico-curriculares; e) Desenvolvimento profissional; f) Avaliação Institucional e da aprendizagem.”

Na dinâmica da escola, essas áreas são articuladas entre si. Para que aconteçam de forma ordenada, no entanto, devem ter êxito na interação com todos os atores que participam do meio escolar, para isso é necessário que sejam motivadas e bem organizadas pelos profissionais responsáveis nas funções de diretor e coordenador pedagógico. Portanto, é imprescindível que estes profissionais estejam instrumentalizados de técnicas e conhecimentos teóricos sobre Gestão Escolar.

Esta pode se apresentar em diferentes perfis, dependendo de diversos fatores que contribuem para o estabelecimento desses comportamentos dos profissionais responsáveis.

Começaremos pela *gestão autoritária*, essa é muito comum, pois, ainda somos fruto de uma cultura autoritária. Esse comportamento do gestor muitas vezes

se dá, devido ao próprio processo de escolha do diretor, feito por indicação ou nomeação, esses profissionais ainda se sentem únicos responsáveis pela administração da unidade escolar, contrariando a gestão democrática. Muitas vezes tais personagens desconhecem mecanismos para estabelecer diálogos, com o corpo docente, os funcionários, alunos e comunidade escolar. Com isso, tais sujeitos tendem a reproduzir o pensamento de uma classe dominante. Embasando nesse pensamento, Paro (2008, p. 19) afirma:

Uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária e, não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à da democracia. Como sabemos os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência, tornando muito difícil toda ação em sentido contrário.

Na organização desse tipo de gestão, as decisões obedecem a uma relação vertical, de comando e obediência, considerando o diretor como autoridade máxima, reforçando nossa tradição autoritária pautada na centralização de poder e impossibilitando a participação nas decisões.

A gestão *laissez-faire* se caracteriza pela liberdade das ações, porém sem a devida organização, nela pressupõe a igualdade de condições de participação nas decisões. Existe uma pré-disposição para a descentralização de poder e uma falsa idéia de autonomia. O gestor não exerce liderança mediante seu grupo de trabalho.

A gestão *compartilhada*, pensada a partir do modelo de gestão empresarial, tem como objetivo principal a qualidade na prestação dos serviços, com incentivo para a auto-sustentação das unidades escolares, porém causando o enfraquecimento do sistema como um todo. Nesse tipo de gestão a participação da comunidade escolar se faz apenas nas atividades de execução.

A *gestão democrática* é aquela que pressupõe a participação de todos os sujeitos que compõe a organização escolar, os profissionais da educação e usuários, apresenta uma concepção transformadora, descentralizadora e participativa.

No campo legal a gestão democrática está assegurada pela Constituição de 1988, no artigo 206, inciso VI,

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

**Parágrafo único.** A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988)

Entretanto, gestão democrática na escola se faz com a participação de professores, funcionários, alunos e pais. Pela participação é que se conhece a dinâmica da organização escolar, das relações com a comunidade e os objetivos propostos para a qualidade da educação ofertada pela escola. É experimentando formas não autoritárias de poder, é decidindo coletivamente que se democratiza a escola. De acordo com Paro (2008, p. 19) “(...), pois democracia não se concede, se realiza (...)”.

## 2.5. O QUE SÃO INSTÂNCIAS COLEGIADAS?

Uma escola a caminho da democratização deve abrir as portas para a participação de todos os sujeitos que participam desse espaço, alguns de forma individualizada outros por meio de sua representação colegiada. Aparecem nesse cenário as Instâncias Colegiadas que constituem a Gestão Democrática: Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmios Estudantil. Todos esses setores têm como ponto comum: a função social da escola, que é a apropriação do saber historicamente construído, avaliando e buscando soluções para os problemas que aí se manifestam.

Paro (2008, p. 79), refere-se a instalações de medidas de configuração política e administrativo para assegurar a participação na unidade escolar.

(...) “Estou falando de providências que dizem respeito à instalação de uma estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos os setores que aí tem presença, em especial seus

usuários, eivada de mecanismos institucionais que viabilizem e incentivem: processos eletivos para a escolha de dirigentes escolares; conselhos de escola formados pelos vários segmentos da unidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) e com efetiva função política de direção da escola; grêmio estudantil, associação de pais, professores e funcionários, como fóruns de constante discussão dos múltiplos interesses, bem como, outros recursos institucionais que facilitem o permanente acesso de todos os interessados aos assuntos que dizem respeito à vida da escola.” (...)

Nesse contexto, percebemos que se a escola abre mão desses dispositivos, acaba por ficar vulnerável diante da pressão e do controle político que o poder econômico exerce sobre a educação. Desta forma, ela acaba também, abrindo mão do seu espaço de produção do saber para ser um espaço reprodutor do sistema.

Cabe reforçar que a participação das Instâncias Colegiadas na escola não deverá jamais perder de vista a concepção do Projeto Político Pedagógico que se fundamenta na construção coletiva, somente assim será possível a compreensão da dimensão da gestão democrática e do compromisso de transformação da escola em um espaço de formação, preparação para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Para Bianco; Nonato Júnior & Ziegemann (2008, p.250) “As lideranças e colegiados que compõem a gestão educacional podem efetivamente contribuir para que instaure então uma atmosfera escolar incentivadora, questionadora, flexível e criativa”.

Considerada a importância da atuação das instâncias colegiadas para uma gestão democrática, faremos um recorte sobre a importância da atuação da representação do corpo discente na escola que é o Grêmio Estudantil.

Essa organização é diretamente ligada à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que surgiu em 1948. O movimento estudantil, por seu caráter político, se posicionou contra o golpe militar em 1964. Com a promulgação do Ato Institucional n.º 5 em 1968 ([www.une.org.br](http://www.une.org.br)), todas as ações estudantis foram postas na ilegalidade, como uma forma de desarticulação política. O retorno do movimento estudantil só ocorreu na década de 80 com o início do processo de redemocratização.

A partir daí, os Grêmios tentam recuperar seu espaço de participação dentro da escola. Apesar de estar assegurada em forma de Lei<sup>4</sup>, a organização dos

---

<sup>4</sup>Lei Federal n.º 7.398, de 4 de novembro de 1985.  
Lei Estadual n.º 11.057, de 17 de janeiro de 1995.

Grêmios caracteriza-se como “entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais” (BRASIL, 1985). Em termos legais os Grêmios poderão se configurar como uma instância independente da direção, sem o controle ou a tutela de qualquer outra instância dentro da escola.

Seguindo a orientação legal, verifica-se que alguns alunos vislumbram a importância dessa instância dentro das unidades escolares e provocam sua formação, porém acabam por ficarem a mercê de si mesmos, de sua falta de maturidade e de experiência, contentando-se apenas com o cumprimento de uma formalidade legal, não se levando em consideração o caráter pedagógico que essa organização possa desempenhar e, muito menos se faz relação entre o papel da direção no processo de formação e funcionamento dos Grêmios, o que pode gerar uma desconfiança sobre sua função educativa.

Por outro lado, existe ainda muita resistência para o incentivo à organização dessa representação estudantil e sua participação nas decisões coletivas dentro das unidades escolares. Prais (1990, p. 56), destaca essa relação professor-aluno e autoritarismo:

A exacerbação da ilegitimidade de poder, nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira, em particular na instituição escola é que originou toda uma descaracterização de qualquer função investida de autoridade nestes últimos anos. É suficiente, para tanto, analisar o teor das relações governantes-governados, professores-alunos, pais-filhos, dirigente-dirigidos, por exemplo.

Foi em ambiente de proibição de qualquer manifestação política ou contestação por parte dos professores, funcionários, pais e alunos no interior das unidades escolares é que se formaram grande parte dos profissionais da educação em atuação, trazendo consigo todos os fantasmas de advertências, domínios, insegurança pessoal, despolitização e perda do sentido de pertencimento da escola em função do autoritarismo.

Entretanto, essas contradições precisam ser superadas, pois no campo educacional, a escola se configura como espaço que proporciona a vivência das relações sociais, políticas e emocionais. É na relação pedagógica presente no interior da sala de aula o primeiro local onde aparecem as manifestações de participação política por parte dos alunos durante sua formação, seja pelo uso da



oratória, pelo posicionamento nos seminários, pela organização nos trabalhos em grupos, pelo exercício de lideranças, dentre outras.

Esse comportamento dos estudantes na participação dentro da sala de aula e fora dela, no espaço maior da escola, por meio das atividades propostas para o coletivo da unidade escolar, muitas vezes acabam causando conflitos, porque nem sempre é bem usado pelos alunos ou bem interpretado pelo corpo docente e direção. Entretanto, se no PPP, construído pelo coletivo da escola, estiver assegurado aos alunos à experiência da liberdade e da possibilidade de tomar decisões, de fazer reflexões a fim de colaborar no enriquecimento dos trabalhos uns dos outros, pode dissipar esse mal estar, pois o programa da escola é pensado com essa intencionalidade. Prais (1990, p. 42),

Compreendida nesse prisma, a prática pedagógica progressista toma a escola como instrumento de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Tem-se, de um lado, o aluno, ser socialmente determinado, cuja realidade é o referencial concreto ao qual dar-se-á continuidade através do saber estruturado de domínio do professor. Este saber, reelaborado, constitui-se em ruptura relativamente ao conteúdo “mágico” do saber popular detido pelo aluno.

Para tanto, durante a formação dos educandos, se faz necessário garantir o espaço na construção e no enriquecimento do Projeto Político Pedagógico da escola, para que este não seja imposto pela direção e corpo docente como um “pacote de idéias” que não contemplem seu contexto de vida com suas experiências e expectativas.

Para os alunos, o caráter pedagógico e instrumental da participação é desconhecido e entendido como algo de alcance imediato e sem uma definição de sua finalidade, ou seja, não acontece a militância na atuação do Grêmio, aquela necessária para a expressão da liberdade, desenvolvimento do pensamento reflexivo e auto-realização.

O Grêmio é o espaço apropriado para a aprendizagem do *por que*, *para quê*, *como* e *com quem* na participação social, sendo o local de desenvolvimento da consciência crítica que permite refletir sobre os erros e acertos nas relações sociais, políticas, educacionais e de poder que se estabelecem dentro das escolas, é experimentando o uso da voz e da vez e a respeitar os outros que se efetiva a participação condição necessária ao processo de democracia. Para Marx & Engels (1992, p. 30), “O limite da emancipação política se manifesta imediatamente no fato

de que o *Estado* possa liberar-se de um limite sem que o homem libere-se realmente dele que o Estado possa ser um *Estado Livre* sem que o homem seja um *homem livre*.”

Dessa forma, é necessário buscar meios de trazer os alunos para junto da organização escolar resgatando sua capacidade de mobilizar e questionar, preparando-os para a tomada de decisões e participação coletiva. Cabe ao professor durante seu trabalho pedagógico cotidiano, mostrar aos alunos os caminhos a ser trilhados para a conquista da democracia e é dever da escola, que é por excelência o espaço responsável, em proporcionar essa formação. Dessa forma, poderemos assegurar a construção de uma sociedade ideal e dizer que a escola cumpriu o papel de dimensão política da educação.

### **3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A seguir apresenta-se a abordagem e a análise dos dados quantitativos e qualitativos, os quais foram obtidos pelo desenvolvimento de seis oficinas didáticas, planejadas durante o segundo semestre de 2008 e aplicadas no primeiro semestre de 2009. As oficinas ocorreram nas dependências do colégio pesquisado, em contra turno e contaram com a participação voluntária de alunos, professores, equipe diretiva e funcionários.

#### **3.1. ANÁLISE DOS DADOS PRELIMINARES**

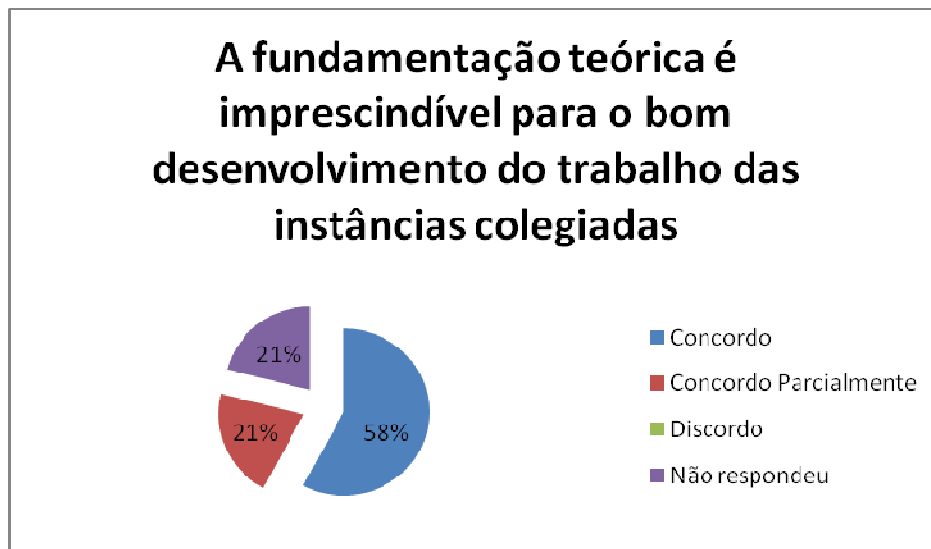
Para o primeiro encontro, os participantes foram recebidos em uma sala de aula previamente organizada, em ambiente acolhedor tendo um fundo musical inspirador a fim de motivar a participação efetiva de todos. O início das atividades propostas para esse encontro se deu com as boas vindas a todos e as instruções sobre o preenchimento do questionário diagnóstico. Foi disponibilizado um tempo entre 15 e 25 minutos para que todos pudessem executar a primeira tarefa. Em seguida, a oficina transcorreu de acordo com o planejado, com a aplicação das

atividades de sensibilização sobre os temas – Conceito de Grêmio Estudantil, sua História e Legislação – detalhada no próximo item. O questionário diagnóstico constou de 18 questões, com o objetivo de verificar quais conhecimentos cada um traz sobre a organização da escola, a organização e atuação dos grêmios estudantis e a legislação vigente. Durante a análise das respostas foi possível também planejar as demais oficinas considerando a opinião e dificuldades dos estudantes. Desta forma, o emprego dos questionários tornou-se extremamente relevante para o adequado andamento das atividades de pesquisa a seguir.

No que tange as perguntas que compuseram o questionário, algumas foram pensadas já baseadas na atuação do Grêmio na escola e, portanto as respostas já eram previsíveis, porém algumas questões chamaram mais atenção para o desenvolvimento da pesquisa.

Na sequência são expostos gráficos contendo os resultados das principais indagações.

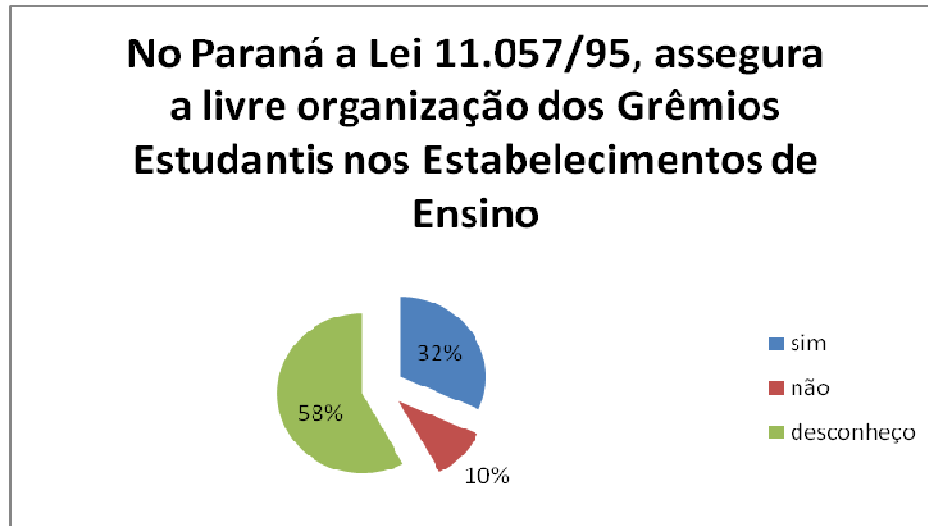
Gráfico 1 – Fundamentação teórica



Quando perguntado sobre a necessidade de estudar para melhor conhecer a organização e atuação da Instância Colegiada na Escola, verificamos que a grande maioria dos participantes, enxerga a necessidade de estudar para melhor conhecer a organização e melhorar sua atuação. Entretanto, 21% dos participantes não responderam isso demonstra a dificuldade que alguns alunos têm em relacionar que a boa atuação da instância colegiada depende diretamente da aquisição de

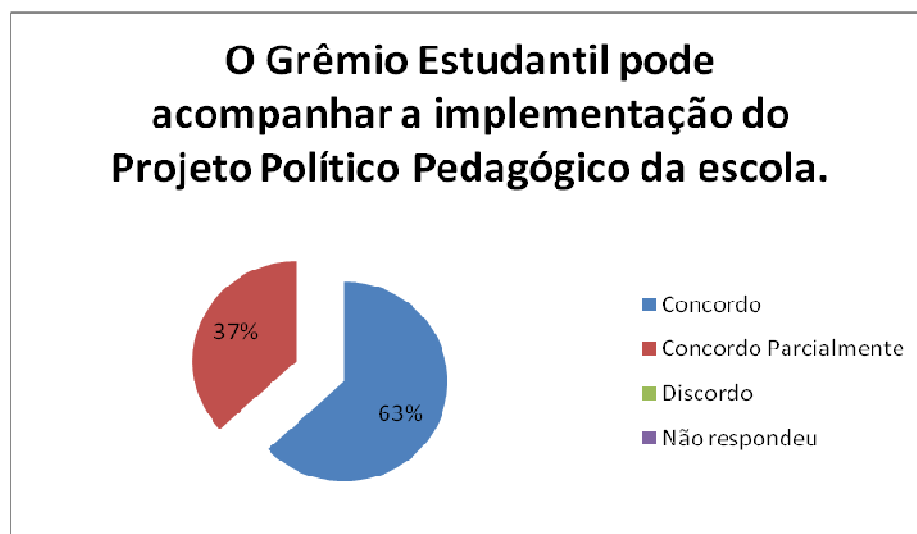
conhecimentos, e que o domínio destes conhecimentos é condição necessária para a participação, comprometendo assim, o processo democrático.

Gráfico 2 - Legislação



Em relação ao conhecimento da legislação que rege a organização e as atividades desempenhadas pelo Grêmios, 58%, ou seja, mais da metade dos participantes desconheciam as Leis, dessa forma fica comprometida a gestão dessa Instância Colegiada de modo que os participantes acabam por não entender a função dessa organização na escola e muito menos como administrá-la. Assim ocorre uma reação em cadeia, “quem não conhece, não questiona; quem não questiona, aceita tudo; quem aceita tudo, não se preocupa em dar a sua opinião; quem não opina, se considera desnecessário; quem não percebe sua importância, se coloca à parte do processo e assim se inicia uma cultura de não participação”.

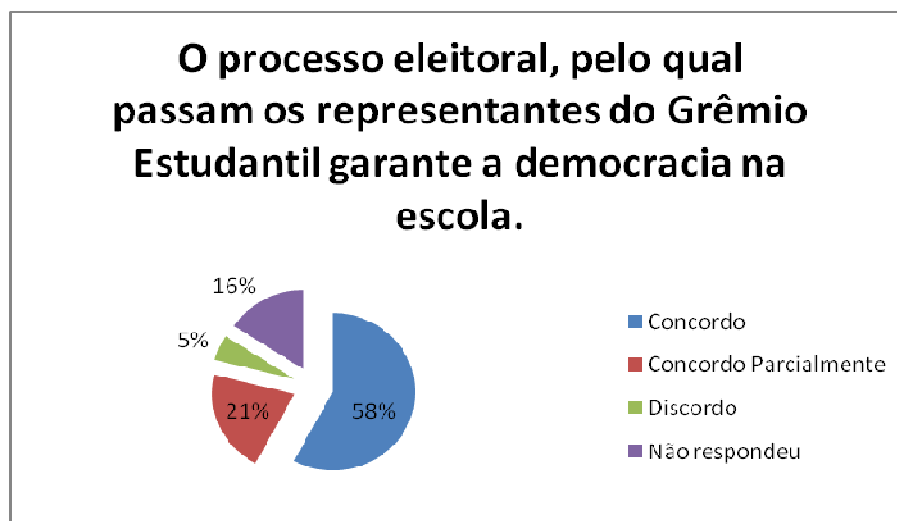
Gráfico 3 – Projeto Político Pedagógico



A questão que se refere ao acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, desde a sua construção até a sua implementação pelo Grêmios, praticamente todo o grupo pesquisado, tem conhecimento de que o grêmios “pode” fazer esse acompanhamento, no entanto, quase metade deles ainda tem dúvidas se “deve”. Essa dúvida dos alunos torna clara a necessidade do conhecimento da legislação que rege a organização dos Grêmios, então esse desconhecimento gerou a insegurança e dessa forma, não se questionou a possibilidade de participação, embora aflore a vontade de participar.

Outro fator que desencadeou essa situação, é a dificuldade da equipe gestora, corpo docente e funcionários da escola em perceber que não foi proporcionado espaços suficientes à uma participação mais efetiva de todos os usuários da escola, em todas as etapas de construção do Projeto Político Pedagógico.

Gráfico 4 – Democracia



Percebe-se uma concepção equivocada de democracia, pois esta pressupõe a participação de todos com igualdade e liberdade de opinião. E essa participação não deve ficar apenas na esfera da organização de um pleito eleitoral onde a comunidade escolar tem a oportunidade de escolher seus representantes, pois a gestão escolar deve contar com a participação de todos para assim realizar uma gestão que contemple as expectativas de todos os sujeitos que participem da escola.

Os questionários aplicados foram de grande importância para a organização das oficinas, pois as demandas partiram dos próprios sujeitos pesquisados.

### 3.2. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NAS OFICINAS

Com base na proposta descrita no material didático produzido na segunda etapa do programa PDE – Caderno Pedagógico (Bianco & Ziegemann, 2008), período noturno, cada oficina abordou uma das temáticas já citadas, às quais foram trabalhadas conjuntamente com atividades de sensibilização. O desenvolvimento das oficinas possibilitou a obtenção dos dados para esta pesquisa. Para as oficinas foram convidados: Alunos participantes do Grêmio Estudantil (foco da pesquisa), alunos Representantes de Turma, alunos interessados no grêmio, professores, funcionários e diretores da escola. O convite foi feito pela pesquisadora por meio de reunião com os integrantes do Grêmio, representantes de turma, corpo docente e administrativo da escola e pais, constaram também de diversos avisos feitos nas salas de aula durante as atividades cotidianas. Ao ser apresentado o projeto em reunião houve boa receptividade da parte de todos, o que gerou expectativas quanto a uma boa participação, pois se considerou que todos estavam suficientemente motivados.

#### 3.2.1. ABORDAGEM E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE

As oficinas foram planejadas tendo como referência o método da Pesquisa-ação que visa o desenvolvimento da criticidade e procura apontar caminhos para a mudança da realidade. Teve como inspiração o Método Sociopoético, onde os participantes passam a ser co-pesquisadores, com poder de decisão compartilhado de todo o processo de pesquisa, inclusive da análise de dados e da socialização da investigação. O Método Sociopoético para Petit,

(...) é um novo método de construção coletiva do conhecimento que tem como pressupostos básicos de que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento poético (...)

A pesquisa sociopoética se baseia na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire que propõe o círculo da cultura como construção coletiva do conhecimento, na Análise Institucional, que procura destacar a face oculta da instituição, o que é considerado inexistente. Da Esquizo-Análise ela considera o conceito de *devir* como

uma linha de fuga da padronização social; no Teatro do Oprimido de Augusto Boal, que propõe aos co-pesquisadores a encenação como espect-atores para a análise coletiva; e na Escuta Mitopoética de René Barbier, que mostra a necessidade de não realizar a pesquisa apenas com a razão. Assim, a pesquisa sociopoética visa gerar conceitos filosóficos e educacionais mais humanos.

Sociopoética<sup>5</sup> nas oficinas, procurou incentivar exposição dos conhecimentos e conceitos que cada pessoa traz consigo, por meio de atividades lúdicas como: passeios pelo imaginário, produção plástica (desenhos, pinturas, grafite), representação teatral, dentre outras proporcionadas durante as oficinas. A Pesquisa-Ação<sup>6</sup>, por seu caráter pedagógico que atribui cientificidade na prática educativa, a partir de princípios éticos que procuram a formação e emancipação dos sujeitos pesquisados, buscou a superação dos problemas identificados no grupo, procurou apontar caminhos, soluções ou novas possibilidades de compreensão das problemáticas apontadas nas oficinas, como parte da prática social para dar novos significados aos conhecimentos. Para Franco (2005, p.501)

Assim reafirmamos que a pesquisa-ação pode e deve funcionar como uma metodologia de pesquisa, pedagogicamente estruturada, possibilitando tanto a produção de conhecimentos novos para a área da educação, como também formando sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos.

No processo da pesquisa-ação se faz necessário envolver os sujeitos pesquisados para auto-observação de suas práticas e na observação dos outros, para assim compreender sua realidade e as possibilidades da reconstrução e de mudanças em sua prática social. Essa transformação só acontecerá à medida em ocorrer novas formas de pensar e fazer, Franco (2005, p.500), “A transformação de sentido implica na reconstrução do próprio sujeito”.

O objetivo dessas oficinas foi motivar/despertar nos sujeitos a possibilidade de criação de conceitos e percepções sobre como estes se enxergam no processo de participação na prática escolar.

---

<sup>5</sup> Método Sociopoético foi fundado pelo filósofo e pedagogo Gauthier em 1993. Trata-se de uma pesquisa participante que propõe a realização de técnicas prazerosas de pesquisas coletivas mediante o dispositivo do grupo pesquisado. Pode ser pesquisado no artigo “Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa” de Sandra H. Petit.

<sup>6</sup> Pesquisa-Ação tem suas origens nos trabalhos de Kurt Lewin em 1949, num contexto pós guerra dentro de uma abordagem de pesquisa experimental de campo. Pode ser pesquisado no artigo “Pedagogia da Pesquisa-Ação”, de Maria Amélia Santoro Franco.

## Oficina 01 – O GRÊMIO E SEU HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO.

Na segunda quinzena do mês de abril de 2008, iniciaram-se os trabalhos para a obtenção de dados empíricos que subsidiaram a presente pesquisa. Como proposta, a primeira oficina tratou o conceito de Grêmio Estudantil, Histórico e Legislação. Em primeiro momento foi aplicado o questionário diagnóstico para verificar qual é o conhecimento dos participantes sobre a gestão democrática, o grêmio e a legislação vigente, cujos dados anteriormente analisados e designados como dados iniciais (conforme explicado em minúcia no item anterior).

Em segundo momento, iniciou-se a atividade de sensibilização ao colocar um fundo musical de piano com sons da natureza e solicitou-se a todos que se colocassem em uma posição confortável, fechando os olhos e se imaginassem passeando em uma bolha de sabão. Nesse passeio imaginário, os participantes foram levados a fantasiar a escola dos sonhos e, na seqüência, pensar detalhes de como seria essa escola com a formação e atuação do grêmio estudantil. Aos poucos, chamou-se a todos para retornar do passeio imaginário e expressar sua ideia por meio de produção plástica.

Como resultado de produção plástica, a atividade tratou de provocar nos alunos que se posicionassem ludicamente sobre o tema Grêmio Estudantil, para tanto, foram distribuídos materiais de pintura, desenho e rabisco, em que eles puderam se expressar plasticamente, construindo uma imagem sobre a sua percepção de escola e Grêmio Estudantil. A conclusão dessas produções foram justapostas no formato de painel e houve uma análise partilhada. Primeiramente os não produtores da imagem, fizeram a análise da imagem que não era de sua autoria, em seguida os autores comentaram porque veicularam ou não a sua imagem com a temática do Grêmio Estudantil.

As imagens produzidas respondem aos seguintes questionamentos: Como seria a escola ideal? Quem pertence a esse lugar? E os alunos onde estão? Como os alunos participam dessa escola?

Como análise da visualização da produção plástica constatou-se que: (1) – Nenhum desenho inseriu o Grêmio como pertencente a escola; (2) – Todos os alunos desenharam a escola com melhores estruturas para atividades esportivas, para biblioteca, para laboratório, para refeitório, salas maiores, espaço para



atividades artísticas e culturais; (3) – Nenhum desenho apresentou qualquer esboço de um local específico para as atividades do grêmio.

Em linhas gerais os dados desta primeira oficina apontam que o grêmio, apesar de ter sido incentivado pela equipe gestora da escola, não garantiu a criação de sentimento de pertencimento dessa instância colegiada nas atividades rotineiras da escola.

Essa situação foi claramente demonstrada nos desenhos, os quais destacam grande interesse em melhorar as estruturas da escola, visando melhoria qualidade da educação ofertada. Entretanto, dentre as estruturas citadas e desenhadas pelos alunos, não aparece uma sala para as atividades do grêmio, considerando que o colegiado em questão não tem um local destinado para seu funcionamento. As reuniões costumam ser no pátio da escola.

A partir dessas análises foram traçadas discussões sobre o Grêmio Estudantil, sua história e sua característica na atualidade.

Em terceiro momento foi realizada uma exposição dialogada com uso de projetor multimídia e de discussão em grupo sobre a história e importância dos grêmios e sua relação com o movimento estudantil, com destaque em alguns líderes atuais que foram líderes estudantis. (1) – Durante esse diálogo constatou-se que a maioria dos alunos desconhecia o histórico dos grêmios e do movimento estudantil.

Analisando o dado acima obtido, pode-se considerar que o desconhecimento desse histórico contribui para a uma fragilidade na organização e na tomada de decisões que cabe a essa representação discente no ambiente escolar.

Para concluir os trabalhos dessa primeira oficina, comparamos o grêmio a um navio/barco, onde todos devem conhecer seu destino, para que possam vir a contribuir com a possível viagem. Embora cada um dos participantes apresente idéias e desempenhem funções diferentes, todos são muito importantes para a realização de uma viagem tranquila e garantia de chegada em destino correto. Essa atividade final teve o caráter de socialização e sugeriu que todos os integrantes estão no mesmo barco, observou-se que todos compreenderam que a contribuição de cada membro é imprescindível para alcançar os objetivos propostos pela Instância Colegiada.

## Oficina 02 – JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

Na semana seguinte realizou-se a segunda oficina, que tratou do tema Juventude e Educação, para esse dia programou-se uma exposição dialogada com o uso de projetor multimídia para a apresentação de uma seqüência de imagens com reportagens, destacando atuações positivas e negativas dos jovens na sociedade. Neste momento, de observação e diálogo houve reflexões sobre os seguintes questionamentos: Quem é o Jovem? Qual é o papel do Jovem na Sociedade em que vive? Como a sociedade vê o Jovem? Como a educação pode contribuir para o desenvolvimento do Jovem?

Em seguida, orientamos os participantes a ponderar sobre o papel da escola atual e sua contribuição na formação dos jovens modernos, para isso mais uma vez, lançamos mão da tecnologia para apresentar um vídeo, o qual enfatizava o papel da escola formativa, obediente à lógica do mercado, para depois discutir com o grande grupo o papel da escola emancipadora. Consideramos nesse momento os seguintes pontos: E a escola, como trabalha para o desenvolvimento dos Jovens? Qual é o espaço para as manifestações dos Jovens dentro da Escola? E o Grêmio pode ser esse espaço? Como o Grêmio pode conquistar esse espaço?

Após todas essas reflexões, levamos os alunos a pensar como fazer uso de espaços proporcionados na escola, considerando os limites entre a manifestação da expressão e o extrapolar das ações. Com o objetivo de colocar em prática toda essa discussão. Propiciou-se ao grupo, um momento e um espaço para que todos pudessem expressar seu pensamento em relação ao papel da educação/escola na formação dos jovens. Para isso, foi organizado no pátio da escola, um painel de *papel craft* com oito metros de comprimento por 1 metro e meio de largura e entregue aos participantes, tintas em *spray* de diversas cores para que utilizassem esse local para expressar seus pensamentos, utilizando a técnica do grafite.

A escolha do grafite para a produção de dados nesta oficina se deu por ser uma manifestação artística do meio urbano, ao mesmo tempo individual e coletivo e por ele permitir que uma pessoa que não saiba desenhar ao utilizar-se do traço a mão livre obtenha resultados plásticos de modo quase imediato, com elementos figurativos e abstratos, sem um compromisso estético definido, além disso, esta

técnica permite o uso de cores contrastantes e muita liberdade de temas e de figuras.

Também se considerou interessante trabalhar com os alunos uma manifestação artística que apresenta uma linha tênue entre a arte (grafite) e a depredação (pichação), enquanto que o primeiro se caracteriza por apresentar plasticidade o segundo parece um monte de letras e figuras indecifráveis. Entretanto, ambos estabelecem comunicação com um público específico, utilizam-se dos mesmos materiais e suportes urbanos que têm como objetivo de encurtar o caminho em direção ao reconhecimento, através do qual o indivíduo massificado procura sua própria identificação e valorização diante de uma sociedade que valoriza só o trabalho, a submissão, a técnica e a elitização.

Por meio destes recursos de produção de dados, os resultados apontam que: (1) – Todos os alunos enxergam a importância do processo educativo na formação de um jovem, pois o desenho apresenta a presença da escola para os alunos, mas não faz referências ao espaço geográfico e político para a atuação do Grêmio; (2) – Destacou-se nesse trabalho, a dificuldade dos alunos em visualizar a possibilidade dos Grêmios em contribuir para um processo educativo de qualidade.

Diante dessa análise, está claro que os alunos entendem e destaca a escola como referência em sua formação intelectual. Porém não aparece em momento algum que a organização dos estudantes poderia contribuir para que a qualidade da educação seja melhorada. Como se para que aconteça a melhoria do ensino, dependa-se apenas do governo, da escola e dos professores. Percebe-se que esses estudantes se colocam à parte do sistema educacional, como se fossem meros espectadores.

### Oficina 03 – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Quinze dias após realizou-se a terceira oficina que tratou do tema Democracia e Participação Política. Nesta data iniciamos as atividades com a apresentação de um vídeo que sugere a atuação de jovens que estão na platéia em um show de rock com a banda *U2*, onde o vocalista convoca a todos que emitam suas opiniões sobre a guerra travada entre o Estados Unidos e o Iraque.

Foi escolhido este exemplo de manifestação passiva de jovens nas decisões políticas de um país, para partir para uma exposição dialogada sobre os temas propostos e com as ponderações sobre como se dá o processo democrático por meio da participação e do domínio de conhecimento científico. Como pode ser a contribuição da escola com as experiências democráticas, como a eleição para o representante de turmas, campanhas para as eleições do grêmio, gestão dos grêmios, prestações de contas junto aos demais alunos.

Após o processo de discussão com o grande grupo e considerando que todos socializaram seus conhecimentos e conceitos adquiridos durante a vida escolar e social, foi proposto aos participantes que organizassem a apresentação de uma performance baseada no Teatro Imagem do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

Nesta atividade, os participantes representaram personagens que fazem parte do cotidiano escolar, alunos, professores, diretores, funcionários e pais. Essa apresentação contou a história da organização de um torneio esportivo entre as turmas do colégio. Para essa organização, os alunos do grêmio deveriam pedir permissão ao Diretor, pedir colaboração dos professores e funcionários e a participação dos demais alunos da escola.

Conforme se deu a atuação dos alunos durante a apresentação do teatro, foi possível perceber o que os discentes pensam e entendem como processo de participação e democracia. E assim constataram-se os seguintes elementos: (1) – Percebe-se a fragilidade do processo participativo como um todo; (2) – Os alunos não vislumbram a importância de sua participação nas atividades da escola; (3) – Os alunos demonstraram que a participação do grêmio “só poderá ocorrer” ou “será permitida” no que se refere à organização de atividades esportivas e culturais; (4) – Existe pouquíssima participação voluntária, por parte dos alunos, demonstrada pela atuação dos próprios alunos e constatada pelas ausências durante a realização das oficinas; (5) – A dificuldade da escola em incentivar essa participação voluntária que visa à melhoria da qualidade de educação, pois de uma forma geral a escola ainda é um espaço pouco democrático.

Os dados evidenciados na oficina permitiram as seguintes considerações: Observou-se uma grande dificuldade por parte dos alunos em se colocar para uma participação mais efetiva, alguns alunos demonstraram insegurança para a sua participação, outros demonstraram incredulidade na sua participação durante a

oficina e verbalizaram esse sentimento em relação às atividades escolares; verificou-se que a escola de uma forma geral não permite muitos espaços para a participação dos alunos, a não ser em atividades culturais e esportivas, e quando estes participam, percebem que suas opiniões não são muito consideradas.

Os resultados também demonstraram algumas dificuldades. Neste momento, verificou-se pouca participação dos alunos nas oficinas. Como estas aconteciam em contra-turno, alguns alegavam não ser possível a participação por diversos motivos: ter que trabalhar ou cuidar de irmãos mais novos, fazer pesquisas e tarefas da escola no mesmo horário, ou simplesmente esquecer-se do compromisso assumido. Alguns alunos porém, participaram de todas as etapas da implementação.

#### Oficina 04 – ADMINISTRANDO O ESPAÇO PEDAGÓGICO ESTUDANTIL

Por tratar-se de uma demanda de grupo pesquisado e ser um tema bastante extenso, foi necessário dividir essa oficina em duas etapas, aplicando cada parte com um intervalo de uma semana conforme cronograma estabelecido.

Nesta oportunidade, refletimos com os participantes sobre as responsabilidades que advem com a administração do Grêmio. Desde o conhecimento e o uso do estatuto para a tomada de decisões, como a organização de reuniões, assembléias, eventos, prestações de contas.

A primeira etapa iniciou-se com a confecção de um painel, onde os participantes receberam tarjas de papel e pincel atômico para escrever as questões administrativas do grêmio como o local e hora para reuniões, qual a frequência, como se dá a participação, quais materiais são utilizados, como é feito o registro e quais são os resultados alcançados.

Ao expor a forma de realização das reuniões do grêmio, os participantes demonstraram não se preocupar com assunto/pauta a ser tratado, nem se todos as pessoas convidadas estavam presentes, também não mostraram preocupação com o local, de forma que as reuniões eram realizadas onde e quando fosse possível.

Quando foi argumentado sobre a importância da organização dessas atividades, seguindo algumas normas administrativas, todos perceberam quais os motivos que desencadearam algumas situações como terminar a reunião sem

finalizar o assunto proposto, devido não ter feito a pauta da reunião. Também perceberam que a falta de participação de todos em reuniões, ocorreu em grande parte, devido a receberem seus convites/convocação em cima da hora. Quanto ao registro, todos se preocuparam em escrever a ata da reunião, mas não estabeleciam prioridades e nem responsabilidades aos participantes para o desempenho de algumas tarefas, isso implicava no resultado efetivo das atividades do Grêmio e por outro lado gerava falta de compromisso de todos.

Em segundo momento dessa oficina, realizou-se o estudo do estatuto do grêmio estudantil na escola, destacando os limites e a potencialidades dessa organização. Verificou-se que boa parte dos alunos da reunião não tinha sequer feito alguma leitura sobre esse documento, de modo que havia pouca compreensão da importância dessa organização na escola e suas possibilidades de atuação junto à gestão escolar.

Diante da comprovação desses dados, chegou-se às seguintes conclusões: (1) – Verificou-se que os alunos ainda estão despreparados para assumir algumas responsabilidades, desde a escolha de seus representantes até a dificuldade em representá-los; (2) – Todos demonstraram não relacionar o trabalho do Grêmio com a possibilidade de realizar atividades que possam contribuir com o processo pedagógico na escola; (3) – Também se constatou como os alunos ficam a mercê de si mesmos, tornando-se inseguros e aceitando toda e qualquer contribuição não considerando o objetivo da ação, devido ao desconhecimento de formas eficientes em organizar e conduzir reuniões e eventos, escrever as atas, realizar a prestação de contas, aplicarem os dispositivos contidos no estatuto da organização e dessa forma, frustrar as expectativas da coletividade.

Consideramos que os discentes compreenderam a importância de conhecer as normas administrativas na gestão dessa organização, o domínio desses conhecimentos implica no aprendizado de responsabilidades e compromissos que advém com o processo de participação política por meio da representatividade, além disso, evita aborrecimentos futuros, bem como interferências de outros agentes que não comungam de objetivos comuns, fragilizando a gestão do grêmio.

## Oficina 05 – O GRÊMIO ESTUDANTIL, O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O PLANO PARTICIPATIVO

Esta oficina teve o objetivo de resgatar o caráter pedagógico do grêmio estudantil e tratou do planejamento das atividades desenvolvidas por meio de um plano de ação, que deverá estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Escola. Para isso foi necessária uma exposição, destacando as etapas para um bom planejamento e um momento específico sobre o Projeto Político Pedagógico, sua importância e construção coletiva. A partir dessa exposição dialogada com o grande grupo, propôs-se a todos para colocar em prática os conhecimentos adquiridos e partindo das sugestões dos demais alunos da escola, coletadas anteriormente por meio de questionário. A tarefa sugerida foi a construção de um plano de ação para ser executado pelo Grêmio durante o segundo semestre de 2009.

Considerando os dados obtidos por meio de consulta aos demais alunos do estabelecimento, foi organizado um painel dividido em seis partes, nas quais constavam as etapas necessárias para a construção do plano de ação que deveriam ser completadas pelos alunos. Cada divisão continha os seguintes questionamentos: (A) O quê? Essa pergunta indica o objetivo da atividade proposta; (B) Por quê? Nesse espaço estava a justificativa da escolha por essa atividade; (C) Como? Essa pergunta responde qual será a metodologia escolhida para desenvolver a atividade; (D) Quando? Nesta etapa organizou-se um cronograma com datas e tarefas a serem executadas; (E) Com quem? Aqui foi pensado nos recursos humanos/pessoas que poderão colaborar para a realização da atividade; (F) O que utilizar e quanto custa? Finalmente pensou-se nos recursos materiais e financeiros necessários para o desenvolvimento dessa ação.

Essa atividade permitiu a construção do plano de ação para ser executado durante o segundo semestre de 2009. Foi um momento interessante porque a princípio, os participantes não percebiam a necessidade de planejar as ações futuras e tiveram dificuldades em classificar as atividades propostas pelos seus pares, em graus de prioridades. Após muita discussão chegou-se a um consenso considerando alguns critérios para a escolha, sendo estes: o pouco tempo para o planejamento e as atividades sugeridas mais votadas. Assim foi escolhida pelo grupo a organização

de uma tarde de talentos, para a apresentação de manifestações artísticas dos alunos como: cantos, danças, teatros, mímicas, dentre outras. Assim, procurou-se pensar e escrever todas as etapas do planejamento dessa atividade. O quê? Tarde de Talentos; Por quê? Por ser uma atividade que vise o desenvolvimento da sensibilidade e por ser uma demanda dos demais alunos da escola; Como? Por meio de apresentações artísticas e culturais como músicas, cantos, danças, teatros, desenhos, pinturas, artesanatos etc.; Quando? Dia 12 de setembro de 2009, no período da tarde; Com quem? Com os alunos, professores, funcionários, pais e comunidade; O que utilizar e qual o custo? Cartazes de divulgação, fichas de inscrição, saguão da escola, sistema de som, microfones, cenários, aparelho de DVD, aparelho de som, projetor multimídia, computador, medalhas aos participantes, folhas de papel sulfite, cartolinas, pincel atômico, canetas, lápis, lixeiras, cantina (salgados, doces, sucos, água, refrigerantes), os valores seriam fornecidos posteriormente, após consulta.

A partir do momento que foi previsto pelo grupo as providências a serem tomadas é que todos conseguiram visualizar a necessidade do planejamento para que ocorra a distribuição de tarefas de modo que não sobrecarregue alguns enquanto os demais apenas esperam o evento pronto. Também foi importante para a previsão de recursos necessários para a realização da atividade proposta.

Esta ação se destacou por representar a visão dos alunos no que se refere a dados anteriormente citados nesta pesquisa, que mais uma vez evidenciou-se nesta etapa do trabalho. (1) – Pensou-se na organização de uma atividade cultural - “Tarde de Talentos” e; (2) – A atividade escolhida, não fazia referência ao PPP da escola.

Perante os dados expostos nesta etapa da pesquisa, foi possível realizar as seguintes apreciações.

Os alunos da escola pesquisada desconhecem o Projeto Político Pedagógico, pois não conseguem relacionar as ações propostas pelo Grêmio como parte de uma concepção maior proposta pela comunidade escolar, de forma que são construídos dois documentos na escola onde cada um apresenta ações a ser desenvolvidos com o mesmo público, porém com concepções diferentes.

A escolha de uma ação cultural por parte dos alunos para construir o plano de ação, demonstrou quanto os estudantes são carentes de eventos culturais para sua formação e a dificuldade desses em enxergar uma função mais abrangente do



grêmio, aquela capaz de contribuir com a qualidade da educação ofertada pelo estabelecimento de ensino, e não apenas como uma organização que proporciona atividades esportivas e culturais.

## Oficina 06 – O GRÊMIO ESTUDANTIL E A SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR

Nesta oficina, tratou-se de fazer uma retrospectiva dos assuntos tratados em cada uma das oficinas, de forma expositiva foram demonstrados os gráficos e as análises do questionário prévio aplicado na primeira oficina. Nesse momento foi possível verificar quais conhecimentos foram adquiridos por todos e o que mudou em sua maneira de pensar em relação ao grêmio estudantil, desde a sua formação, organização, processo eleitoral, atuação e compromisso com a participação de todos.

Na sequência, foi proposto aos participantes que idealizassem uma forma criativa ou lúdica de apresentar o trabalho produzido durante as oficinas para apresentar à comunidade escolar em data a ser marcada posteriormente. Também foi destacada a importância de apresentar o planejamento realizado pelo grêmio para a comunidade escolar, pois mostrar a organização da instância colegiada implica na credibilidade dessa pela comunidade escolar e permite mais espaços de participação no processo educacional.

Como forma de socializar os conhecimentos adquiridos, os participantes pensaram em apresentar um jornal falado, explicando os conteúdos trabalhados em cada oficina com os resultados obtidos. Para isso, foram elencados alguns pontos considerados necessários a serem expostos à comunidade escolar. Sendo esses: A história de lutas estudantis e suas conquistas, a importância do grêmio para o processo educacional, as vantagens de uma educação de qualidade na formação do jovem, a relação entre o domínio do conhecimento e o processo de participação, o grêmio como espaço de aprendizagem, os compromissos e as responsabilidades provenientes da participação no grêmio da escola e as atividades propostas pelo Grêmio em harmonia com as concepções contidas no Projeto Político Pedagógico

da escola e principalmente apresentar à comunidade escolar o plano de ação do grêmio para ser executado no segundo semestre de 2009.

Após o consenso dos assuntos foi permitido um tempo para a organização dessa atividade, uma vez que um dos fatores da pouca participação estava na dificuldade de reunir o grupo em contra turno. Nesse momento observou-se que: (1) – permanece a dificuldade de participação dos alunos, onde alguns alegam vergonha e outros não ter conhecimento suficiente para se expor; (2) – A participação continuou a cargo sempre daqueles que se colocaram à frente do processo desde as primeiras oficinas, ou seja, dos participantes mais assíduos e que se destacaram durante as discussões, demonstrando aprendizagem em todo o processo.

Fica clara a fragilidade do processo participativo, pois constata-se que a participação voluntária não recebe a importância necessária para se fazer um processo democrático forte. Ainda se percebe, muita displicência para os compromissos e responsabilidades, como se a ausência dos participantes não fosse percebida pelos demais. Observamos aí um sentimento de não pertencimento àquele espaço, mesmo que esse espaço seja o único possível para a participação naquele momento.

## PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO GRUPO DE TRABALHO EM REDE – GTR

Em paralelo a todos esses dados obtidos durante a implementação, também se realizou a análise da opinião emitida por professores de diversos municípios do estado do Paraná, que participaram do grupo de trabalho em rede – GTR. O Grupo de Trabalho em Rede é um curso em ambiente *on-line*, cujo objetivo é a socialização da pesquisa em todas as etapas, com a discussão dos fundamentos teóricos e resultados dos dados empíricos, visando o enriquecimento do trabalho. O curso teve início em novembro de 2008 e término em junho de 2009, portanto no período de aplicação da pesquisa, houve o estudo e a contribuição dos professores por meio de fóruns de debates que atuam com as diversas realidades.

Os resultados obtidos nas oficinas realizadas pelo pesquisador foram analisados e discutidos pelos professores durante o curso. A análise realizada pelos cursistas foi novamente analisada e constataram-se as seguintes situações comuns em relação à atuação dos grêmios nas escolas.

- ✓ Pouca participação voluntária dos alunos em atividades do grêmio;
- ✓ Dificuldade dos alunos em desempenhar o trabalho dos grêmios, por não ter clara a sua função. Que trabalho? Voluntário de protagonismo juvenil ou participação política? Qual é a função do grêmio afinal de contas?;
- ✓ Os alunos ficam *a mercê* deles mesmos, pois na maioria das escolas a figura do conselheiro do grêmio é ausente, de forma que falta o elo entre o grêmio e a gestão escolar;
- ✓ É difícil construir um espaço democrático dos grêmios num ambiente nada democrático – escola – essa contradição está presente em grande parte das escolas em consequência da formação docente, de forma que a orientação aos alunos se faz com certo autoritarismo e a participação de alguns é vista como baderna;
- ✓ Por desconhecer o documento base das escolas – o Projeto Político Pedagógico, atividades do grêmio estão independentes das concepções pensadas neste instrumento;
- ✓ Em escolas localizadas em regiões mais rurais o trabalho de organização do grêmio é mais fácil, os alunos são mais participativos devido a estes apresentarem menos sinais de resistência à educação;
- ✓ Torna-se necessário um trabalho em conjunto entre as escolas com a comunidade, no sentido de dividir responsabilidades para superar as adversidades, estas dificultam o processo de formação de um sujeito que participe da transformação da sociedade.

A perspectiva de melhoria na qualidade da educação proporcionada pela escola atual, aparece na fala de uma educadora de Pitanga, “Infelizmente, ainda vejo o Grêmio Estudantil atuante como um sonho, mas possível.” E de outro educador de Almirante Tamandaré “Antes o Grêmio era manipulado e Hoje o Grêmio está perdido em suas verdadeiras funções, na sua maioria dos casos. Hoje vemos escolas com Grêmios atuantes, grêmios de faixada e muitas sem Grêmio nenhum, que por sinal

considero inadmissível, uma falha de politicidade incrível por parte da comunidade escolar”.

Em suma, as situações observadas nas diferentes escolas nos levam a perceber que as contradições presentes no cotidiano escolar não dependem somente do professor e das ações da gestão escolar, mas precisa dividir responsabilidades com todo o colegiado e da comunidade, para que possa regatar a credibilidade na qualidade da educação, que venha formar um sujeito capaz de transformar sua própria história.

Desta forma, tanto os dados teóricos, como aqueles produzidos nas oficinas e GTR, nos demonstra muitos desafios e atitudes a serem tomadas quando se trata de “Grêmios Estudantis”, sua atuação política, sua colaboração para a formação educacional de melhor qualidade e contribuição com o processo de Gestão Democrática.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ouvir as vozes dos educandos participantes do Grêmios Estudantis possibilitou uma real compreensão dos entraves e potencialidades da atuação dessa Instância Colegiada junto à Gestão Escolar. Muitos pontos foram levantados, porém alguns se evidenciaram devido sua importância para a construção de um novo saber, que estes levem em consideração os problemas e as necessidades educacionais daquela comunidade, a fim de possibilitar a transformação de cada um em sujeitos participativos. Dentre esses muitos conteúdos, ideias e problemáticas instauradas, considera-se que o Grêmios é uma instância em afirmação nas escolas que têm que lidar com diversas inovações e imprevisibilidades conforme sumarizado a seguir.

Constatou-se a *fragilidade do processo participativo*, fator que dificulta a atuação do grêmios, primeiro pela comunidade escolar formada por professores, alunos, funcionários e pais, não estar habituada com uma cultura democrática de modo, que a participação parece não fazer parte do cotidiano de cada um, ainda convivemos com alguns fantasmas do autoritarismo. Em segundo, a falta de conhecimento das legislações e estatutos que organizam essa Instância Colegiada permite a todos

uma sensação de impossibilidade de participar, pois esse desconhecimento gera certo receio em opinar. Assim permanece a contradição vivenciada pelo sistema educacional, formar indivíduos participativos num ambiente pouco democrático que é a educação no caso específico: a escola.

Outro fator que dificulta a atuação do Grêmio é o *desconhecimento das funções dessa representação estudantil*, de forma que se perde de vista os limites entre uma participação política e o conflito/rebeldia, comportamento comum entre os jovens. Considerando esse ponto percebe-se importante a figura do Conselheiro, que poderá orientar as ações do Grêmio para que estes não se sintam solitários, não discernindo as consequências de suas ações

A falta de conhecimentos diante de *situações administrativas* de responsabilidade do Grêmio, demonstrou ser mais uma dificuldade na gestão dessa organização, ficou claro neste trabalho que, decisões erradas atrapalham a administração e causam frustrações nos estudantes, prejudicando seu aprendizado, que posteriormente evitam sua exposição e participação em outros ambientes necessários de atuação

Vale ressaltar a *importância do conhecimento do Projeto Político Pedagógico* de cada estabelecimento, pois estar ciente do conteúdo desse documento, bem como participar de sua construção, é um exercício do processo democrático nas escolas, pois demanda a participação de todos considerando seus anseios expectativas quanto à qualidade da educação que é proporcionada pela instituição. Esse documento também permite ao Grêmio, uma gestão mais tranquila porque vem nortear as ações necessárias e possíveis a serem desenvolvidas no ambiente estudantil bem como, define os papéis de cada um dos usuários da escola pública.

A *estrutura física* das escolas, mesmo as recém construídas, não prevê um espaço pedagógico destinado a atuação dos Grêmios, de forma que o desenvolvimento de suas atividades, em geral acontece em ambientes desfavoráveis à organização, o que contribui para que a atuação dessa instância apresente um caráter amador não propiciando aos alunos o exercício do compromisso e da responsabilidade.

Em sentido mais amplo, a escola é o espaço onde não só ocorre a aquisição e a construção do conhecimento científico, mas também é um local onde se aprende a construir as relações afetivas, os valores e os papéis dos sujeitos presentes no

processo educativo: pais, alunos, professores, pedagogos, diretores e funcionários. Em níveis institucionais, esta proposta de pesquisa justificou-se pela demanda local da escola pesquisada, bem como por sua relevância geral para o Estado do Paraná. Pois, ao tratar-se de estudo de caso, a partir do qual foi analisada a realidade de uma única escola, tal situação levantou elementos que poderão vir a contribuir para esclarecer situações vividas por outras unidades escolares da rede pública estadual do Paraná. Como Instância Colegiada Representativa dos Estudantes, o Grêmio Estudantil tem importante participação nas decisões tomadas pelo corpo administrativo e pedagógico da escola, pois também se constitui em um dos espaços que proporcionam a formação/atuação política do educando, assim a escola se configura como sendo o primeiro ou muitas vezes, o único acesso ao exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Julio Groppa (org.). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. Sumonus. São Paulo, 1999.

BIANCO, Ariane Andrade; NONATO JUNIOR, Raimundo; ZIEGEMANN, Rita Joseane da Luz. **Gestão Educacional, Democracia e Cultura da Paz: A Percepção de Instâncias Colegiadas em Escolas Estaduais do Paraná**. In: MATOS, Kelma S. A. Lopes de; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; NONATO JUNIOR, Raimundo (org.). *Cultura de Paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

BIANCO, Ariane Andrade e ZIEGEMANN, Rita Joseane da Luz. **As Instâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública. Conselho Escolar e Grêmio Estudantil**. Caderno Pedagógico. SEED/UNICENTRO: Guarapuava, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense, São Paulo, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais n° 1 a 6/94**. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 437p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº. 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei Federal nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL, **Lei Federal, nº 7.398**, de 04 de novembro de 1985.

CARVALHO, Maria Lucia Rocha Duarte. **Escola e democracia: subsídios para um modelo de administração segundo as idéias de M. P. Follet**. EPU. Campinas, 1979.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia o discurso competente e outras falas**. 11ª ed. ver. E amp. – São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. CASCINO, Pasquale. SAVIANI, Demerval. **Educador: novo milênio, novo perfil?** Paulus, São Paulo, 2000.

COSTA, Rosa Maria Corrêa da. **Representação de jovens no conselho estadual de educação de Mato Grosso**. In: MORGADO, Maria Aparecida e MOTTA, Manoel Francisco de Vasconcelos, organizadores. Juventude de classe média e educação: cenários, cenas e sinais. Líber Livro Editora, Brasília, 2006.

COSTA, Silvio de Souza Gadelha (org.). **Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola: a da Diversidade II**. Editora UFC, 2006.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo. V. 31, p.483 – 502, set/dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 6ª ed. - Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos culturais, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. Cortez: Autores Associados. São Paulo, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 9. ed., Cortez, São Paulo, 2007.

MANCINI, Ana Maria Penalva. **Modos de subjetivação: jovens na escola**. In: MORGADO, Maria Aparecida e MOTTA, Manoel Francisco de Vasconcelos, organizadores. Juventude de classe média e educação: cenários, cenas e sinais. Líber Livro Editora, Brasília, 2006.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. **Escola noturna e jovens**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5 e 6, 1997.

- MARQUES, Mário Osório. **O projeto pedagógico: A marca da escola**. In: Revista Educação e Contexto. Projeto pedagógico e identidade da escola. Ijuí, Unijuí, nº 18. abr/jun. 1990.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Texto Sobre Educação e Ensino**. 2. ed. Tradução Editora Morales. 1992.
- MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5 e 6, 1997. Tradução Angelina Teixeira Peralva, publicado em: Revista Young. Estocolmo: v.4, n.2, 1996.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães e RIZZOTTO, Maria Lucia Frizor. **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. EDUNIOESTE, Cascavel, Paraná, 2003.
- PARANÁ, **Lei Estadual nº 11.057**, de 17 de janeiro de 1995. Publicado em Diário Oficial nº 4429, de 17 de janeiro de 1995.
- PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed., Ática, São Paulo, 2008.
- PETIT, Sandra H. **Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa**. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes e VASCONCELOS, J. Geraldo. Registros de pesquisas na educação. Coleção Diálogos Interpretativos: UFC, 2002.
- PESCUMA, Derna. **Grêmios Estudantil, uma realidade a ser conquistada**. 1990, f.177. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo 1990.
- PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração Colegiada na Escola Pública**. Papiros. Campinas, São Paulo, 1990.
- SANTIAGO, A. R. F. **Projeto Político-Pedagógico e a organização curricular: desafios de um novo paradigma**. In: Veiga, I.P.A.; FONSECA, M. (org.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 141-173.
- SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2ª ed. – São Paulo: FTD, 1999.
- SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.24, 2003.
- SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses entre movimentos sociais, juventude e educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 13, 2000.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (org.). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: Novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001.



VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Conselho Escolar e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político da escola – uma construção possível. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas – SP: Papyrus, 1995.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. **As instâncias colegiadas na escola**. In: VEIGA, I. P. A. e REZENDE, L. M. G. de. Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Papyrus, Campinas, SP, 1998.

PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação**. Grêmios Estudantis na rede estadual de ensino do Paraná. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/gremio)>. Acesso em: 14 jun. 2008.

SOU DA PAZ, Instituto. **OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, voltada para a redução da violência**. Caderno do Grêmios Estudantis. Fonte: Caderno Grêmios em Forma, do Instituto Sou da Paz. Disponível em <<http://www.soudapaz.org/>>. Acesso em 18/06/2008.

UNE, **União Brasileira dos Estudantes**. Disponível em <<http://www.une.org.br>>. Acesso em 18/06/2008.